

# **FASUL EDUCACIONAL** **(Fasul Educacional EaD)**

---

## **PÓS-GRADUAÇÃO**

### **GESTÃO E PERÍCIA AMBIENTAL**

#### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

---

## GESTÃO E PERÍCIA AMBIENTAL

<b>DISCIPLINA:</b> AUDITORIA E PERÍCIA AMBIENTAL
<b>RESUMO</b> Segundo Maia Neto (2012), as auditorias ambientais surgiram no final da década de 1970 nos Estados Unidos da América, onde as empresas as adotaram voluntariamente como uma ferramenta de gerenciamento para identificar antecipadamente os problemas causados por suas operações. As auditorias eram vistas como uma forma de reduzir custos com eventuais correções onerosas. Submetendo-se às auditorias, as empresas se preparavam para as inspeções da Environmental Protection Agency (EPA), porém, segundo Freitas (2001), o papel da EPA em relação à auditoria ambiental foi se modificando ao longo do tempo.
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>
<b>AULA 1</b> INTRODUÇÃO CONCEITO E MOTIVAÇÃO OBJETIVO DA AUDITORIA BENEFÍCIOS E DIFICULDADES NORMAS DE AUDITORIA
<b>AULA 2</b> INTRODUÇÃO ATORES ENVOLVIDOS NA AUDITORIA A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA EQUIPE DE AUDITORIA RESPONSABILIDADE ÉTICA AUDITORIA INTERNA
<b>AULA 3</b> INTRODUÇÃO EXECUÇÃO DA AUDITORIA NÃO CONFORMIDADES DE AUDITORIA EVIDÊNCIAS DE AUDITORIA RELATÓRIO DE AUDITORIA
<b>AULA 4</b> INTRODUÇÃO CONTEXTUALIZAÇÃO JURÍDICA A PERÍCIA COMO MEIO PRODUTOR DE PROVA OBJETIVOS DA PERÍCIA PERITO JUDICIAL AMBIENTAL COMO AUXILIAR DA JUSTIÇA
<b>AULA 5</b> INTRODUÇÃO FORMULAÇÃO DE QUESITOS QUESITOS SUPLEMENTARES E ESCLARECIMENTOS O CONTEÚDO DO LAUDO PERICIAL AS MELHORES PRÁTICAS PARA ELABORAÇÃO DE UM BOM LAUDO PERICIAL

**AULA 6**

INTRODUÇÃO  
HISTÓRICO  
BASE LEGAL  
A QUEM SE APLICA  
DESENVOLVIMENTO DA AUDITORIA

**BIBLIOGRAFIAS**

- JUCHEM, P. A. Introdução à gestão, auditoria e balanço ambiental para empresas. Curitiba: Faculdade Católica de Administração e Economia – Centro de Desenvolvimento Empresarial, 1995.
- FREITAS, C. G. L. (Coord.). Habitação e meio ambiente – Abordagem integrada em empreendimentos de interesse social. São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, 2001.
- ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR ISO 14001: sistema de gestão ambiental: especificação e diretrizes para uso. Rio de Janeiro: ABNT, 1996a.

**DISCIPLINA:**

PLANEJAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL

**RESUMO**

Esta disciplina foi dividida em temas relevantes para compreender como a gestão das ações que envolvem os recursos naturais foi preconizada pelo mundo com base em legislações ambientais, que também se concretizaram na América do Sul e, especificamente, no Brasil. Desse modo, as etapas abordarão os seguintes temas: fundamentos da gestão ambiental; aspectos ecológicos, econômicos e sociais; métodos, técnicas e tecnologias aplicados à gestão ambiental; políticas e direito ambiental sob a perspectiva da gestão ambiental; os principais aspectos da aplicação da gestão ambiental no Brasil; impactos ambientais contemporâneos e a gestão ambiental e impactos ambientais sobre a qualidade das águas.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

INTRODUÇÃO  
GESTÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
PRINCÍPIOS DA ECOLOGIA  
CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE  
ECONOMIA E MEIO AMBIENTE  
ÉTICA E RESPONSABILIDADE AMBIENTAL  
NA PRÁTICA  
FINALIZANDO

**AULA 2**

INTRODUÇÃO  
ABORDAGEM INTEGRADA DE MÉTODOS E TÉCNICAS PARA PLANEJAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL  
GESTÃO AMBIENTAL E TOMADA DE DECISÕES  
INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE  
AVALIAÇÃO E GERENCIAMENTO DE RISCO

GEOTECNOLOGIAS E MODELAGEM AMBIENTAL ASSOCIADAS À GESTÃO AMBIENTAL  
NA PRÁTICA  
FINALIZANDO

**AULA 3**

INTRODUÇÃO

MARCOS AMBIENTAIS NO BRASIL E NO MUNDO

CONCEITOS IMPORTANTES: UMA APROXIMAÇÃO AO DIREITO AMBIENTAL

POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE E LEGISLAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA

INSTRUMENTOS DE GESTÃO NO BRASIL: PADRÕES DE QUALIDADE AMBIENTAL E O  
ZONEAMENTO AMBIENTAL

INSTRUMENTOS DE GESTÃO NO BRASIL: AIA, EIA/RIMA E UC

NA PRÁTICA

FINALIZANDO

**AULA 4**

INTRODUÇÃO

SETOR PRODUTIVO E EMPRESARIAL E GESTÃO AMBIENTAL

QUESTÃO EMPRESARIAL NO BRASIL

O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM ÂMBITO EMPRESARIAL NO BRASIL

PRODUÇÃO MAIS LIMPA E ECOEFICIÊNCIA

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

NA PRÁTICA

FINALIZANDO

**AULA 5**

INTRODUÇÃO

ASPECTOS GERAIS SOBRE POLUIÇÃO

POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA

MONITORAMENTO DA QUALIDADE DO AR NO BRASIL

IMPACTOS AMBIENTAIS NO ESPAÇO RURAL

A ATUAÇÃO DO GEÓGRAFO NA ÁREA DE MEIO AMBIENTE

NA PRÁTICA

FINALIZANDO

**AULA 6**

INTRODUÇÃO

POLUIÇÃO DAS ÁGUAS

TRATAMENTO DOS EFLUENTES: DOMÉSTICOS, INDUSTRIAIS E AGRÍCOLAS

INDICADORES DE QUALIDADE: ÍNDICE DE QUALIDADE DAS ÁGUAS (IQA)

ESTAÇÕES DE MONITORAMENTO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS

GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

NA PRÁTICA

FINALIZANDO

**BIBLIOGRAFIAS**

- PHILIPPI JR, A.; ROMÉRO, M. de A.; BRUNA, G. C. (Ed.). Curso de gestão ambiental. 1. ed. Barueri: Manole, 2004.
- QUINTAS, J. S. Introdução à gestão ambiental pública. 2. ed. rev. Brasília: Ibama, 2006.
- BANDO DO BRASIL et al. Carta de princípios para o desenvolvimento sustentável. 1 f. Disponível em: [http://www.mma.gov.br/estruturas/182/\\_arquivos/protocolo\\_verde\\_carta\\_de\\_intenes\\_1995.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/182/_arquivos/protocolo_verde_carta_de_intenes_1995.pdf). Acesso em: 11 set. 2019.

<b>DISCIPLINA:</b> DIREITO E LEGISLAÇÃO AMBIENTAL
<b>RESUMO</b>
Em nossa disciplina, vamos conhecer os princípios e conceitos mais importantes do direito ambiental e as principais legislações brasileiras aplicadas à proteção do meio ambiente. Iniciaremos nossas primeiras aulas conhecendo a história do direito ambiental brasileiro e o contexto histórico em que ela se encaixa. Em seguida, abordaremos seus conceitos e princípios. Estudaremos a fundo a Política Nacional do Meio Ambiente e seus principais instrumentos de aplicação, como o licenciamento ambiental. Posteriormente, vamos conhecer os instrumentos legais para a proteção da fauna, flora, recursos hídricos, meio terrestre e meio atmosférico. Lembre-se de que a legislação brasileira está em constante atualização. Assim, é necessário sempre estar atento às mudanças que ocorrem tanto no cenário nacional quanto em cenários estadual e local.
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>
<b>AULA 1</b> INTRODUÇÃO DIREITO AMBIENTAL INTERNACIONAL DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO DIREITO AMBIENTAL E MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO PRINCÍPIOS ESTRUTURANTES DO DIREITO AMBIENTAL
<b>AULA 2</b> INTRODUÇÃO RESPONSABILIDADE PELOS DANOS CAUSADOS REPARAÇÃO DO DANO AMBIENTAL A COMPETÊNCIA CONSTITUCIONAL EM MATÉRIA AMBIENTAL O SISTEMA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE
<b>AULA 3</b> INTRODUÇÃO AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS LICENCIAMENTO AMBIENTAL PADRÕES DE QUALIDADE AMBIENTAL ZONEAMENTO AMBIENTAL
<b>AULA 4</b> INTRODUÇÃO

SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO  
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE  
LEI DE CRIMES AMBIENTAIS  
CRIMES CONTRA A FAUNA E A FLORA

**AULA 5**

INTRODUÇÃO  
PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS E ENQUADRAMENTO  
OUTORGA DE USO, COBRANÇA E SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÃO SOBRE OS RECURSOS HÍDRICOS  
POLÍTICA NACIONAL DO SANEAMENTO BÁSICO  
NOVO MARCO REGULATÓRIO DO SANEAMENTO

**AULA 6**

INTRODUÇÃO  
INSTRUMENTOS DO ESTATUTO DA CIDADE  
ZONEAMENTO INDUSTRIAL  
RESÍDUOS SÓLIDOS  
OUTROS INSTRUMENTOS LEGAIS PARA A DEFESA DO MEIO AMBIENTE

**BIBLIOGRAFIAS**

- THOMÉ, R. Manual de direito ambiental. 5. ed. Salvador: Juspodivm, 2015.
- FIORILLO, C. A. P. Curso de direito ambiental brasileiro. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
- ASSUNÇÃO, T. Direito ambiental internacional. Curitiba: Contentus, 2020.

**DISCIPLINA:**

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

**RESUMO**

A disciplina de Licenciamentos Ambientais aborda vários temas, entre os principais, podemos destacar: avaliação e planejamento ambiental; avaliação de impacto ambiental; licenciamento ambiental ; controle e monitoramento ambiental; fiscalização e instrumentos de gestão ambiental e planejamento e gestão de áreas protegidas.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

INTRODUÇÃO  
HISTÓRICO  
IMPACTO E DANO AMBIENTAL  
ATIVIDADES SUJEITAS AO LICENCIAMENTO AMBIENTAL  
COMPETÊNCIA DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

**AULA 2**

INTRODUÇÃO  
SISTEMAS DE GESTÃO  
CONAMA  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
INSTRUMENTOS DE GESTÃO AMBIENTAL ASSOCIADOS

**AULA 3**

INTRODUÇÃO  
CONDICIONANTES AMBIENTAIS  
MODELOS DE DOCUMENTOS TÉCNICOS  
ANÁLISE DE RISCO  
CADASTRO AMBIENTAL RURAL

**AULA 4**

INTRODUÇÃO  
LICENÇA PRÉVIA  
LICENÇA DE INSTALAÇÃO  
LICENÇA DE OPERAÇÃO  
MONITORAMENTO AMBIENTAL

**AULA 5**

INTRODUÇÃO  
SISTEMAS DE ABASTECIMENTO E ESGOTAMENTO SANITÁRIO  
PROJETOS URBANÍSTICOS  
CONSTRUÇÃO CIVIL  
AQUICULTURA

**AULA 6**

INTRODUÇÃO  
DIAGNÓSTICO AMBIENTAL  
ÁREA DE INFLUÊNCIA  
PROGNÓSTICO AMBIENTAL  
RIMA

**BIBLIOGRAFIAS**

- MILARÉ, É. Direito do ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.
- SÁNCHEZ, L. E. Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.
- CUNHA-SANTINO, M. B.; BIANCHINI JÚNIOR. Ciências do Ambiente: conceitos básicos em ecologia e poluição. São Paulo: Edufscar, 2010.

**DISCIPLINA:**

PLANEJAMENTO URBANO

**RESUMO**

A maior parte da população brasileira mora nas áreas urbanas. Seguindo uma tendência mundial, a aglomeração nos grandes centros potencializa uma série de problemas, principalmente quando as condições socioeconômicas não são favoráveis. Na realidade brasileira, uma significativa parcela da população enfrenta diretamente as consequências dessa situação, como a existência de um ineficiente saneamento básico, a precariedade na mobilidade urbana, a falta de moradias, entre muitos outros problemas.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

INTRODUÇÃO

O DESENVOLVIMENTO URBANO BRASILEIRO

O ESTATUTO DA CIDADE

SUSTENTABILIDADE NAS CIDADES

CIDADES INTELIGENTES

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE COMUNIDADES: UMA NORMA DA ABNT  
NA PRÁTICA

FINALIZANDO

**AULA 2**

INTRODUÇÃO

ÁREAS VERDES E ESPAÇOS LIVRES

CONTRIBUIÇÃO PARA AS CIDADES

MÉTODO COMPOSTO PARA AVALIAÇÃO DE FLORESTAS URBANAS

A INTEGRAÇÃO DAS ÁREAS VERDES COM ESPAÇOS URBANOS

GESTÃO DA FAUNA URBANA

NA PRÁTICA

FINALIZANDO

**AULA 3**

INTRODUÇÃO

A LEI N. 12.587/2012

PRINCÍPIOS DA MOBILIDADE URBANA

MOBILIDADE E O DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL

MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL

BOAS PRÁTICAS EM MOBILIDADE URBANA

NA PRÁTICA

FINALIZANDO

**AULA 4**

INTRODUÇÃO

PANORAMA DO RESÍDUO SÓLIDO NAS CIDADES BRASILEIRAS

AS LEIS AMBIENTAIS APLICADAS NA GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NO  
BRASIL

PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

ATERROS SANITÁRIOS E LIXÕES

BONS EXEMPLOS NA GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

NA PRÁTICA

FINALIZANDO

**AULA 5**

INTRODUÇÃO

A OFERTA DE ÁGUA NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

O PROBLEMA DO ESGOTO NAS CIDADES BRASILEIRAS

ENCHENTES E INUNDAÇÕES

O PLANO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS (PNRH)  
BOAS PRÁTICAS MUNICIPAIS NA GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS  
NA PRÁTICA  
FINALIZANDO

**AULA 6**

INTRODUÇÃO  
QUAIS SÃO OS DESAFIOS DAS CIDADES?  
O CRESCIMENTO DAS CIDADES E A PERIFERIZAÇÃO  
PLANO DIRETOR  
BASE PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO  
COMO CONSTRUIR CIDADES SUSTENTÁVEIS?  
NA PRÁTICA  
FINALIZANDO

**BIBLIOGRAFIAS**

- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Desenvolvimento sustentável de comunidades. São Paulo; Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://www.abnt.org.br/noticias/5103-desenvolvimento-sustentavel-decomunidades>. Acesso em: 25 fev. 2019.
- CAVALCANTI, C. B. Política nacional de desenvolvimento urbano: programa de reabilitação de áreas urbanas centrais. Brasília: Secretaria Nacional de Programas Urbanos, 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/100705oficinamobilidadei.phan.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2019.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, p. 1, 5 out. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 25 fev. 2019.

**DISCIPLINA:**

DANOS AMBIENTAIS E ÔNUS FINANCEIRO

**RESUMO**

Ao longo do tempo, o homem usou os recursos naturais ignorando o fato de que eles eram escassos, simplesmente porque imaginava essa escassez algo muito distante de sua vida. O ar, a água, os rios e os oceanos, o solo e o subsolo, os minérios, as espécies vegetais e animais, os ecossistemas, a estratosfera, tudo isso era chamado pelos economistas de bens livres, pois eram tidos como bens abundantes, disponíveis e acessíveis a todos, sem custo. No entanto, após a segunda metade do século XX, a humanidade se deu conta de que esses recursos ambientais já não eram tão abundantes e que a ausência de qualquer um deles seria suficiente para extinguir a vida no planeta. Surgiu, então, a Economia Ambiental. Nesta disciplina será feito um estudo revelando o que o homem causou ao meio ambiente e, as suas consequências, tanto ambientais quanto financeiras. O ar, a água, os rios e os oceanos, o solo e o subsolo, os minérios, as espécies vegetais e animais, os ecossistemas, a estratosfera, tudo isso era chamado pelos economistas de bens livres, pois eram tidos como bens abundantes, disponíveis e acessíveis a todos, sem custo. No entanto, após a segunda metade do século XX, a humanidade se deu conta de que esses recursos ambientais já não eram tão abundantes e que a ausência de qualquer um deles seria suficiente para extinguir a vida no planeta. Surgiu, então, a Economia Ambiental. E, nesta disciplina, será feito um estudo revelando

o que o homem causou ao meio ambiente e, as suas consequências, tanto ambientais e, conseqüentemente a isso, financeiras.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### **AULA 1**

INTRODUÇÃO  
PRINCÍPIO ORIENTADORES DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS  
PASSIVOS E DANOS AMBIENTAIS  
PRINCÍPIO DE PRECAUÇÃO E PREVENÇÃO DOS DANOS  
PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS

#### **AULA 2**

INTRODUÇÃO  
INSTRUMENTOS EXPLÍCITOS E IMPLÍCITOS DA POLÍTICA AMBIENTAL  
INSTRUMENTOS DE COMANDO E CONTROLE  
INSTRUMENTOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS  
IMPOSTOS E LICENÇAS NEGOCIÁVEIS

#### **AULA 3**

INTRODUÇÃO  
EIA/RIMA  
IMPACTO AMBIENTAL  
AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA  
AIA NO BRASIL

#### **AULA 4**

INTRODUÇÃO  
DANO AMBIENTAL  
RESTAURAÇÃO AMBIENTAL OU RESTAURAÇÃO IN NATURA  
COMPENSAÇÃO ECOLÓGICA  
PROCESSO CIVIL AMBIENTAL

#### **AULA 5**

INTRODUÇÃO  
INSTRUMENTOS LEGAIS PARA A DEFESA DA FAUNA E DA FLORA  
INSTRUMENTOS LEGAIS PARA A DEFESA DOS RECURSOS HÍDRICOS  
INSTRUMENTOS LEGAIS PARA A DEFESA DO SOLO  
OUTROS INSTRUMENTOS LEGAIS PARA A DEFESA DO MEIO AMBIENTE

#### **AULA 6**

INTRODUÇÃO  
MÉTODOS DE FUNÇÃO DE PRODUÇÃO  
MÉTODOS DA FUNÇÃO DA DEMANDA  
GESTÃO AMBIENTAL PARA O RETORNO DO INVESTIMENTO FINANCEIRO  
EXEMPLOS DE INVESTIMENTOS AMBIENTAIS

### BIBLIOGRAFIAS

- BRAGA, B. et al. Introdução à engenharia ambiental. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

- MAZZAROTTO, A.; BERTÉ, R. Gestão Ambiental no mercado empresarial. Curitiba: InterSaberes, 2013.
- PHILLIPI JUNIOR, A.; ROMÉRIO, M. A; BRUNA, G. C. Curso de gestão ambiental. Barueri: Manole, 2014.

**DISCIPLINA:**

ÉTICA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

**RESUMO**

O desenvolvimento sustentável implica a relação adequada entre o meio ambiente, a justiça social, a viabilidade econômica e a ética e, para tanto, o PNDU, num processo intergovernamental, estabeleceu os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, que resultou, em 2015, num documento denominado Transformando nosso mundo – Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, com objetivo de promover o desenvolvimento humano sustentável, a paz universal e a erradicação da pobreza. Esses documentos ou planos de ação resultaram da juntada e aperfeiçoamento de planos anteriores e constituem o fortalecimento do desenvolvimento sustentável nos dias atuais.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

INTRODUÇÃO

O COMÉRCIO MUNDIAL E OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

A MUDANÇA NA PERCEPÇÃO DA SOCIEDADE

AS AÇÕES DE GREENWASHING E A ÉTICA NO COMÉRCIO GLOBAL

A ECO-92 E A RIO + 20

**AULA 2**

INTRODUÇÃO

TRÊS ÂMBITOS DE DESENVOLVIMENTO

SEIS EIXOS TRANSVERSAIS

O QUE SÃO OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL?

OS 17 ODS

**AULA 3**

INTRODUÇÃO

ODS, AÇÃO E ACOMPANHAMENTO

NEGOCIAÇÕES DA AGENDA DE DESENVOLVIMENTO PÓS-2015

TRANSFORMANDO NOSSO MUNDO – A AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

APRENDENDO COM OS OBJETIVOS DO MILÊNIO (ODM)

**AULA 4**

INTRODUÇÃO

OBJETIVO 12 – GLOBAL REPORTING INITIATIVE

OBJETIVO 8 – INDICADORES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL E EMPRESARIAL ETHOS

OBJETIVO 8 – A CRIAÇÃO DE VALOR COMPARTILHADO.

RESPONSABILIDADE SOCIAL, O GLOBAL COMPACT

**AULA 5**

INTRODUÇÃO

OBJETIVO 11: CIDADES RESILIENTES

OBJETIVO 7: GERAÇÃO DE ENERGIA SUSTENTÁVEL E LIMPA

OBJETIVO 6: A OFERTA DE ÁGUA

OBJETIVO 6: O PROBLEMA DO SANEAMENTO BÁSICO

**AULA 6**

INTRODUÇÃO

SAÚDE E BEM-ESTAR ÁGUA DOCE

VIDA NA ÁGUA E TERRESTRE - A PROTEÇÃO DA FLORA, DA FAUNA E DA PESCA

OBJETIVO 15 – PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

OBJETIVO 2 – PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA

**BIBLIOGRAFIAS**

- PCS – PORTAL DA CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL. Disponível em: <http://www.csustentavel.com/quem-somos/>. Acesso em: 6 maio 2019.
- RELATÓRIO revela impactos do comércio mundial no meio ambiente. UNEP, S.d. Disponível em: <http://web.unep.org/relat%C3%B3rio-revela-impactos-docom%C3%A9rcio-mundial-no-meio-ambiente>. Acesso em: 6 maio 2019.
- CONAR – CONSELHO NACIONAL DE AUTORREGULAMENTAÇÃO PUBLICITÁRIA. Disponível em: <http://www.conar.org.br/>. Acesso em: 6 maio 2019.

**DISCIPLINA:**

GESTÃO DE MANEJO E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

**RESUMO**

O termo ecologia é muito comentado na atualidade. Está, com certeza, entre os temas preferenciais de muitas conversas, porque pode afetar a nossa vida e a de todos os seres vivos do nosso planeta. Mas você realmente sabe o que é ecologia e o que ela estuda? Vamos discutir um pouquinho mais sobre isso?

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

VÍDEO 1

VÍDEO 2

VÍDEO 3

VÍDEO 4

**AULA 2**

VÍDEO 1

VÍDEO 2

VÍDEO 3

VÍDEO 4

**AULA 3**

VÍDEO 1

VÍDEO 2

VÍDEO 3

VÍDEO 4

**AULA 4**

VÍDEO 1  
VÍDEO 2  
VÍDEO 3  
VÍDEO 4

**AULA 5**

VÍDEO 1  
VÍDEO 2  
VÍDEO 3  
VÍDEO 4

**AULA 6**

VÍDEO 1  
VÍDEO 2  
VÍDEO 3  
VÍDEO 4

**BIBLIOGRAFIAS**

- DAJOZ, R. Princípios de ecologia. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- ODUM, E. P. Fundamentos de ecologia. 5. ed. São Paulo: Thomas Learning, 2007.

**DISCIPLINA:**

SANEAMENTO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

**RESUMO**

Em nossa disciplina, vamos trabalhar com os conceitos iniciais sobre meio ambiente na perspectiva da relação com o saneamento. Para isso, vamos ver o que significa saneamento e qual a sua relação com a sustentabilidade.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

INTRODUÇÃO  
O QUE É SANEAMENTO?  
OS COMPARTIMENTOS AMBIENTAIS E A IMPORTÂNCIA PARA VIDA  
ÁGUA  
AR  
SOLO  
NA PRÁTICA  
FINALIZANDO

**AULA 2**

INTRODUÇÃO  
RECURSOS HÍDRICOS: SUPERFICIAIS E SUBTERRÂNEOS  
ESTADO ATUAL DA QUALIDADE DA ÁGUA NO MUNDO  
ÁGUA NO CONTEXTO BRASILEIRO  
DISPONIBILIDADE E ACESSIBILIDADE AOS RECURSOS HÍDRICOS  
CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO

NA PRÁTICA  
FINALIZANDO

**AULA 3**

INTRODUÇÃO  
PERSPECTIVA HISTÓRICA DO SANEAMENTO  
SITUAÇÃO BRASILEIRA  
PRINCIPAIS FENÔMENOS DE POLUIÇÃO  
EUTROFIZAÇÃO  
ESGOTO E RESÍDUOS  
NA PRÁTICA  
FINALIZANDO

**AULA 4**

INTRODUÇÃO  
POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS  
LIXÕES E ATERROS SANITÁRIOS  
MEDIDAS DE CONTROLE DE POLUIÇÃO EM CORPOS-D'ÁGUA SUBTERRÂNEOS  
PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO (PMSB)  
A PARTICIPAÇÃO POPULAR PARA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA  
ÁREA DO SANEAMENTO  
NA PRÁTICA  
FINALIZANDO

**AULA 5**

INTRODUÇÃO  
REÚSO DE ÁGUAS  
ÁGUAS RESIDUAIS EM SISTEMAS URBANOS E SISTEMAS AGROINDUSTRIAIS  
ÁGUAS RESIDUAIS E OS ECOSISTEMAS  
IMPACTOS NA SAÚDE AMBIENTAL  
SANEAMENTO EM ÁREAS IRREGULARES  
NA PRÁTICA  
FINALIZANDO

**AULA 6**

INTRODUÇÃO  
SANEAMENTO E A SAÚDE DA POPULAÇÃO  
AGENDA 2030 E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 6  
POLÍTICAS PÚBLICAS E A LEGISLAÇÃO RELACIONADA AO SANEAMENTO  
AMBIENTAL  
DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA O SANEAMENTO  
NA PRÁTICA  
FINALIZANDO

#### BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Lei n. 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 6 jan. 2007.
- ENGELBRECHT, N. 1991: Erupção do Pinatubo. Deutsche Welle, Calendário Histórico, 2018. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/1991-erupção-dopinatubo/a-318985>. Acesso em: 12 dez. 2018.
- TEIXEIRA, W. et al. Decifrando a Terra. São Paulo: Oficina de Textos, 2000.

#### DISCIPLINA:

GESTÃO DE RISCOS E IMPACTOS AMBIENTAIS

#### RESUMO

Nos últimos anos, muito foi feito sobre a sustentabilidade e a preocupação sobre a proteção do meio ambiente, o que motivou a sociedade a buscar caminhos para o desenvolvimento sustentável. Ações orientadas por esta ideia têm influenciado organizações em muitos níveis. É necessário que os gestores não encarem as questões socioambientais como obstáculos para o desenvolvimento da empresa, mas sim como uma oportunidade, pois o gerenciamento dos aspectos e impactos ambientais das organizações tornam-nas mais eficientes. Nesta aula, comentaremos sobre os princípios do direito ambiental, sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e toda a suas contribuições para a preservação, por criar mecanismos para que a sociedade possa controlar os aspectos e impactos ambientais gerados pelo desenvolvimento econômico. Cabe salientar que todas as atividades, de alguma maneira, geram impactos negativos e tem algum potencial poluidor. Por esta razão, deve-se garantir, que quando sejam significativos, os seus processos sejam controlados pelo gerenciamento dos seus impactos ambientais.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

##### AULA 1

INTRODUÇÃO

AVALIAÇÃO DE IMPACTO: CORRELAÇÃO COM PRINCÍPIOS APLICADOS AO MEIO AMBIENTE

A POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (PNMA): BASE PARA AVALIAÇÃO DE IMPACTO E RISCO AMBIENTAL

AVALIAÇÃO DE ASPECTOS E IMPACTOS AMBIENTAIS

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL

##### AULA 2

INTRODUÇÃO

O LICENCIAMENTO AMBIENTAL COMO FERRAMENTA DE CONTROLE DE IMPACTO AMBIENTAL

AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL NO AMBIENTE CORPORATIVO

IMPLANTAR UM SISTEMA DE GESTÃO PARA CONTROLE DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

AVALIAÇÃO DE IMPACTO EM UM SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL

##### AULA 3

INTRODUÇÃO

IMPACTOS AMBIENTAIS E ÁREAS DE FRAGILIDADE: BACIAS HIDROGRÁFICAS  
IMPACTOS AMBIENTAIS E ÁREAS DE FRAGILIDADE: BACIAS HIDROGRÁFICAS  
IMPACTOS AMBIENTAIS E A PROTEÇÃO DA FLORA E FAUNA  
PRESERVAÇÃO DO SOLO BRASILEIRO E PRÁTICAS DE CONTROLE DE IMPACTOS AMBIENTAIS

#### **AULA 4**

INTRODUÇÃO

RISCOS E DANOS AMBIENTAIS: CAUSAS E SOLUÇÕES

DANO AMBIENTAL: CONCEITOS, VALORAÇÃO E AVALIAÇÃO

REPARAÇÃO DE DANOS AMBIENTAIS

MEDIDAS DE MITIGAÇÃO E COMPENSAÇÃO

#### **AULA 5**

INTRODUÇÃO

PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS (PGR)

PLANO DE EMERGÊNCIA

MODELO SIMPLIFICADO DE UM PLANO DE EMERGÊNCIA

PLANO DE EMERGÊNCIA PARA RISCOS CLIMÁTICOS

#### **AULA 6**

INTRODUÇÃO

METODOLOGIAS APLICADAS À GESTÃO DE RISCOS

ANÁLISE PRELIMINAR DE PERIGOS

ANÁLISE PRELIMINAR DE RISCOS (APR)

ANÁLISE DOS MODOS DE FALHA E EFEITOS (FMEA)

#### **BIBLIOGRAFIAS**

- BRASIL. Conselho Nacional de Meio Ambiente. Resolução nº 237, de 19 de Dezembro de 1997.
- CAPRA, FRITJOF. Conexões Ocultas: Ciência para uma Vida Sustentável. 4ª ed. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo, SP: Editora Pensamento-Cultrix Ltda., 2005.
- SÁNCHEZ, LUIS ENRIQUE. Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos / Luis Enrique Sánchez. -- 2. ed. -- São Paulo : Oficina de Textos, 2013.

#### **DISCIPLINA:**

RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA, CIVIL E PENAL AMBIENTAL

#### **RESUMO**

As questões ambientais passaram a permear nossas vidas. Nas últimas décadas, tornou-se cada vez mais presente a reflexão do quão importante é, nessa área, uma mudança de postura e de pensamento de toda a sociedade. Inúmeras questões relacionadas ao meio ambiente têm a ver com o dilema: como suprir as necessidades e, ao mesmo tempo, conservar ou produzir novos recursos, sem esgotar ou poluir o meio em que vivemos? Devemos refletir a respeito das prioridades, das consequências das escolhas que fazemos e dos efeitos que elas causam ao meio ambiente. Para a exploração dos recursos, passamos a utilizar parâmetros estabelecidos por estudos científicos e a apostar na educação ambiental. O ato de consumir deve ser repensado e planejado por toda a cadeia produtiva, que termina na destinação correta do produto

consumido – enviado para reciclagem ou para aterros controlados e preparados para receber o material, desde que não se tenha outra forma de descarte.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### **AULA 1**

INTRODUÇÃO

A ECONOMIA E O MEIO AMBIENTE

AUMENTO DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO DE ITENS INDUSTRIALIZADOS

GLOBALIZAÇÃO

FORMAS DE POLUIÇÃO

#### **AULA 2**

INTRODUÇÃO

PRINCÍPIOS DO DIREITO AO MEIO AMBIENTE EQUILIBRADO E DO POLUIDOR PAGADOR

PRINCÍPIOS DA SADIA QUALIDADE DE VIDA E DO USUÁRIO PAGADOR

PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO E DA PREVENÇÃO

PRINCÍPIOS DA REPARAÇÃO E DA INFORMAÇÃO

#### **AULA 3**

INTRODUÇÃO

COMPETÊNCIA PARA LEGISLAR SOBRE O DANO AMBIENTAL

OBRIGAÇÃO AMBIENTAL

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA AMBIENTAL

#### **AULA 4**

INTRODUÇÃO

SANÇÕES RESTRITIVAS DE DIREITO

RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL

RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL

RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA

#### **AULA 5**

INTRODUÇÃO

CRIME

AÇÃO E PROCESSO PENAL AMBIENTAL

CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES

CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES

#### **AULA 6**

INTRODUÇÃO

CRIMES CONTRA A FLORA

POLUIÇÃO E OUTROS CRIMES AMBIENTAIS

CRIMES CONTRA O ORDENAMENTO URBANO E O PATRIMÔNIO CULTURAL

CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO AMBIENTAL

### BIBLIOGRAFIAS

- IANNI, O. Teorias da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

- BRASIL. Constituição Federal (1988). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 10 set. 2019.
- \_\_\_\_\_. Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 2 set. 1981. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm). Acesso em: 10 set. 2019.

**DISCIPLINA:**

ELABORAÇÃO DE LAUDOS PERICIAIS E DE NÃO CONFORMIDADE

**RESUMO**

A perícia é uma ferramenta prevista em lei e criada para auxiliar o juiz responsável por um determinado processo a produzir as provas necessárias à formação de seu convencimento, o qual será formalizado em uma sentença, no final do processo. Assim como todos os procedimentos de um processo judicial, a perícia é regulada por uma única lei, a Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015, popularmente conhecida como novo Código de Processo Civil, que traz um capítulo específico (XII) para tratar dos meios de prova que as partes litigantes em um processo judicial podem se valer para provar a verdade dos fatos, entre os quais se inclui a perícia.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

INTRODUÇÃO  
CONTEXTUALIZAÇÃO JURÍDICA  
A PERÍCIA JUDICIAL  
O PERITO JUDICIAL COMO AUXILIAR DA JUSTIÇA  
A PERÍCIA AMBIENTAL

**AULA 2**

INTRODUÇÃO  
NOMEAÇÃO DO PERITO E ESCOLHA DOS ASSISTENTES TÉCNICOS  
SUBSTITUIÇÃO DO PERITO  
PROPOSTA DE HONORÁRIOS  
PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS

**AULA 3**

INTRODUÇÃO  
O PAPEL DO PERITO EM RELAÇÃO AOS QUESITOS  
QUESITOS SUPLEMENTARES E ESCLARECIMENTOS  
O CONTEÚDO DO LAUDO PERICIAL  
AS MELHORES PRÁTICAS PARA ELABORAÇÃO DE UM BOM LAUDO PERICIAL

**AULA 4**

INTRODUÇÃO  
EXECUÇÃO DA AUDITORIA  
NÃO CONFORMIDADES DE AUDITORIA  
EVIDÊNCIAS DE AUDITORIA  
RELATÓRIO DE AUDITORIA

**AULA 5**

INTRODUÇÃO  
INSTRUMENTOS DE APOIO  
OBJETIVIDADE  
REFERENCIAL TEÓRICO  
SIMPLICIDADE E DIDATICIDADE

**AULA 6**

INTRODUÇÃO  
INSTRUMENTOS DE APOIO  
OBJETIVIDADE REFERENCIAL TEÓRICO  
SIMPLICIDADE E DIDATICIDADE

**BIBLIOGRAFIAS**

- MARINONI, L. G.; ARENHART, S. C.; MITIDIERO, D. Novo curso de processo civil: teoria geral do processo. São Paulo: RT, 2015 v.1.
- BRASIL. Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015. Diário Oficial da União. Poder Legislativo, Brasília, 16 março. 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm). Acesso em: 5 dez. 2018.
- SANTOS, P. O. Jurisdição: considerações acerca do seu conceito, características, princípios inerentes e "espécies". Portal Conteúdo Jurídico. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo/jurisdicao-consideracoes-acerca-doseu-conceito-caracteristicas-principios-inerentes-e-especies.49465.html>. Acesso em: 5 dez. 2018.

